

VIII ASSEMBLÉIA TUPI

Surge uma nova organização

Após oito anos de discussões, os povos Tupi de quatro Estados resolvem criar a sua Associação, Amtapama, que significa "caminho em conjunto na língua tapirapé"

Amtapama, ou "caminho em conjunto" na língua tapirapé, é o nome da mais nova organização indígena no Brasil. Foi criada por nove povos dos Estados do Mato Grosso, Amapá, Pará e Maranhão, reunidos na VIII Assembléia Tupi, na aldeia Bacurizinho dos Guajajara, no Maranhão, de 7 a 9 de junho.

Participaram da Assembléia, que já tem uma longa história (ver quadro), 265 representantes Guajajara do Maranhão, quatro Tapirapé do Mato Grosso, dois Waiápi do Amapá, cinco Tembê, seis Asurini do Xingu, três Asurini do Tocantins, dois Parakanã e dois Munduruku, esses últimos do Pará. Ao aprovar por unanimidade a Associação dos Povos Tupi Amtapama, eles disseram que a nova organização será importante, entre outras razões, para tratar dos problemas de saúde, da terra e da agricultura; para representar os povos Tupi na sociedade, defendendo e projetando a sua verdadeira imagem; para unir esses povos e mostrar sua união; e para ser um mecanismo que encaminhe suas lutas conjuntas.

A nova entidade não substituirá o Conselho de Articulação dos Povos Tupi, criado durante a Sétima Assembléia, em 1992. O trabalho do Conselho foi elogiado, destacando-se o seu empenho em ajudar a ampliar a consciência nas aldeias. Os participantes do encontro apoiaram a proposta de o Conselho continuar dando a direção à Amtapama. Os membros do Conselho, aliás, foram eleitos como diretores da nova Associação, que terá um caráter mais oficial.

Durante as discussões, destacou-se que os principais problemas enfrentados pelos povos Tupi são os seguintes: a falta de demarcação das terras; as invasões das madeiras, garimpeiros, colonos, povoados, dis-

tritos municipais e plantadores de maconha; as violências (estupros, assassinatos, etc.) praticadas pelos invasores e por policiais; a lentidão da Justiça; a corrupção na Funai, envolvendo, inclusive, funcionários indígenas; as discriminações e o desprezo; as divisões internas, etc.

Com relação à corrupção, a Guajajara Suluene, da aldeia Abraão do Posto Indígena Zutiua, denunciou o índio Toinho Guajajara, que anda até mesmo no exterior em nome dos

povos indígenas do Maranhão sem ter delegação para isto. Sobre as divisões internas, houve o consenso de que cada povo deve procurar resolvê-las, não cabendo à Associação interferir nos assuntos internos das aldeias.

O Projeto Carajás foi outro assunto muito debatido. Os Guajajara disseram que o Projeto e o convênio firmado em 1982 entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Funai,

para minorar seus impactos sobre as comunidades indígenas resultaram em fracasso. "No papel se diziam muitas coisas de ajuda na saúde, educação e agricultura. De fato, não se viu benefício nenhum", afirmaram. Sobre o novo convênio CVRD-Funai, assinado em abril de 1993, depois que os novos indígenas do Maranhão interditaram a ferrovia Carajás, eles informaram que a Vale do Rio Doce comprometeu-se em demarcar as terras dos Guajá e dos Krikati, além de desintrusar a área dos Kaapor. "O grande problema é que as comunidades indígenas, mais uma vez, estão sendo excluídas das reuniões sobre a implementação do convênio".

Em determinado momento, a coordenação fez uma série de questões para o plenário responder: "Como devemos trabalhar? Como devemos ser? O que queremos? Uma resposta: a nova Associação "deve servir igualmente aos povos Tupi dos quatro Estados-membros". Outra: "defender os parentes que ainda não participam", como é o caso dos Guajá, Poturudjara e Araweté. Muitos responderam que a Amtapama, deve, também, defender outras nações não-Tupi, quando necessário, como os Arara e os Krikati.

Numa prova de unidade entre pensamento e ação, no dia 8 de junho, 10 representantes da Assembléia foram destacados para visitar e prestar solidariedade aos Krikati, um povo Timbira do Maranhão, cujas terras estão sendo ocupadas por invasores liderados por um tal Leonel Malone.

(Matéria baseada em relatório preparado por Francisco Viana Guajajara, o Pita, e a irmã Rebeca, do Cimi Norte II, que secretariaram a VIII Assembléia).

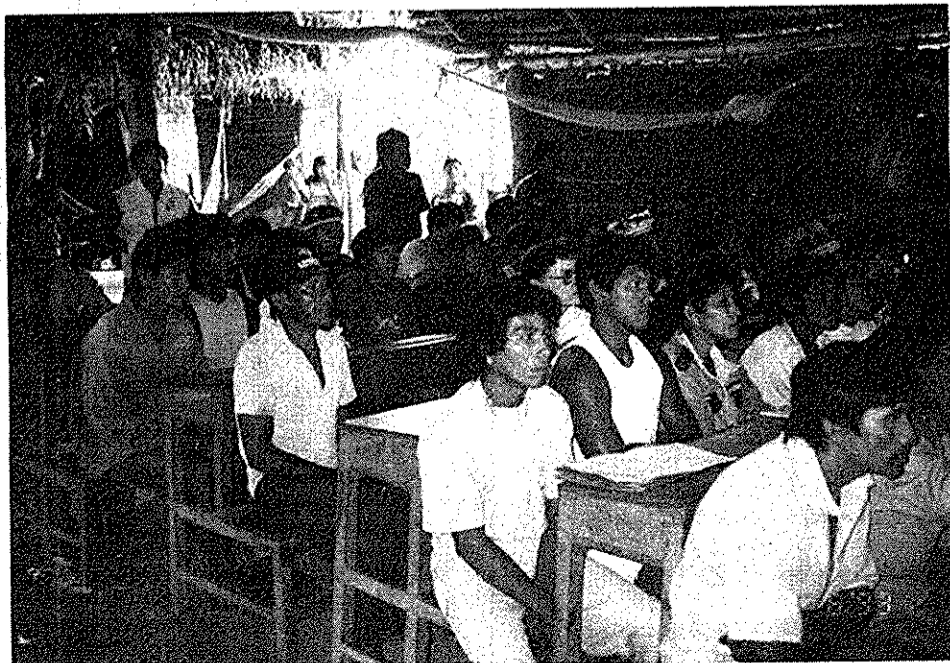


Aldeia Bacurizinho, onde se realizou a Assembléia

Fotos: Carlos Ubbliali



Líderes Guajajara: os anfitriões



Plenário: 265 Guajajara e 24 parentes de outros três Estados

Histórico das Assembléias

A articulação dos povos Tupi teve início em 1985, após os vários encontros dos Aikewar e Parakanã do Tocantins.

Em 1986 realizou-se a Primeira Assembléia Tupi na cidade de Altamira, no Pará. Participaram os povos Aikewar, Parakanã e Asurini do Trocará, da região do Tocantins, além dos Asurini de Koatinemo, do Xingu, e dos Tapirapé do Mato Grosso.

A Segunda Assembléia, realizada em 1987, na aldeia Sororó dos Aikewar, não contou com a presença dos Tapirapé nem dos Asurini do Trocará mas, além dos Asurini do Xingu e dos Parakanã, teve a participação dos Guajajara e dos Tembê do Maranhão.

Em 1988, a Terceira Assembléia reuniu todos esses povos na aldeia Pindaré, dos Guajajara, no Mara-

nhão. A Quarta, em 1989, foi na aldeia dos Parakanã do Paranati.

A Quinta ocorreu na aldeia Koatinemo dos Asurini, em 1990. Pela primeira vez participaram os Araweté e os Parakanã do Xingu.

Em 1991, nove povos Tupi reuniram-se na aldeia dos Tapirapé. Da Sexta Assembléia participaram 36 representantes Tapirapé, Parakanã de três aldeias do Xingu e do Tocantins, os Asurini no Trocará e do Koatinemo, os Aikewar, Munduruku, Anambé, Kayabi, Guajajara e os Kaapor do Turiçu, Maranhão.

A penúltima Assembléia, a Sétima, aconteceu na aldeia Trocará dos Asurini, quando se constituiu o Conselho de Articulação dos Povos Tupi, com representação do Maranhão, do rio Tocantins, do rio Araguaia e do rio Xingu.